

17 JAN 1991 *Chega de inventar planos*

O professor Mário Henrique Simonsen deu excelente conselho ao presidente da República: empenhar-se em cumprir seu programa econômico. "Temos de acabar com a ameaça de novos planos e fazer o que está previsto no Plano Collor", disse ao *Estado* o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento. A palavra "ameaça" foi bem escolhida. Para a maioria dos brasileiros, esse é o sentido imediato das inovações freqüentes na ação governamental. Consumidor e empresário ficam inseguros em relação aos preços. Paralisam-se investimentos — já muito baixos, hoje — por ser impossível qualquer previsão. Regras em vigor no momento do plantio não valem mais na época da colheita. Estimula-se a especulação. E a poupança familiar deixa de ser um ato de prudência básica e se converte numa operação de risco.

Chega de novos planos. O conselho é especialmente oportunamente quando a equipe econômica, segundo se noticia, perde a esperança de vencer a inflação com base na política até agora seguida. Será preciso, disse um integrante da equipe, buscar novo caminho. Mas os princípios do plano original, diz o ministro Simonsen, estão corretos. Faltou a administração da política. Em outras palavras: o plano não foi aplicado. Por má admi-

nistração, acabou-se produzindo, em vez de um ajuste da economia, uma desorganização crescente da atividade produtiva.

O fundamental, conforme o ex-ministro, é desfazer o ambiente de incerteza. Para isso, os responsáveis pela política econômica devem cuidar de cumprir as linhas básicas do plano, começando pelo ajuste das contas públicas. Até o momento, de acordo com Simonsen, "o governo só deixou de pagar dívidas". Mesmo uma interpretação otimista pouco se afasta desse diagnóstico. O governo federal apenas começou a mexer nos gastos com pessoal, apenas cortou algumas despesas de custeio, apenas conseguiu exercitar, até agora, um controle de caixa razoavelmente severo.

Mas nenhum desses avanços pode ser descrito como irreversível. É necessário fazer muito mais — e isso implica obter de Estados e municípios uma disciplina fiscal até agora inexistente. Se o governo recuperar o crédito, diz o ex-ministro, o setor público até poderá trabalhar com pequeno déficit, pois poderá financiá-lo de modo não inflacionário. Mas o crédito só será recuperado se as pessoas não tiverem dúvida — e este é o problema — sobre a real disposição do presidente e de sua equipe.